

Demonstrações Financeiras

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....6

Demonstrações do resultado7

Demonstrações do resultado abrangente.....8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido9

Demonstrações dos fluxos de caixas10

Notas explicativas às demonstrações financeiras11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.
Rio das Ostras - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ativo financeiro - Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha registrado o saldo de direitos a faturar dos contratos de concessão pública, no montante de R\$215.796 mil, que se refere aos ativos financeiros decorrentes das receitas de construção da infraestrutura da concessão e que serão recebidos da concedente conforme cronograma de faturamento estabelecidos em contratos de concessão. A mensuração do ativo financeiro da concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão e às atualizações do ativo financeiro da concessão calculadas com base na taxa de desconto específica de cada contrato.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de identificação dos gastos atribuíveis à construção da infraestrutura da concessão e à mensuração do ativo financeiro, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela administração, relativos à identificação de gastos atribuíveis à construção da infraestrutura de concessão e mensuração do ativo financeiro;
- Testes de controles internos relacionados à identificação de gastos atribuíveis à construção da infraestrutura de construção e mensuração do ativo financeiro, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem;
- Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados;
- Teste amostral dos gastos incorridos na construção da infraestrutura de concessão durante o exercício de 2019, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo atribuível à construção de infraestrutura de concessão ou despesas de manutenção;
- Recálculo do saldo de direitos a faturar, do exercício de 2019, e comparação dos resultados apurados com os saldos registrados na contabilidade.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados pela administração da Companhia para definição e mensuração das receitas de construção e dos custos da infraestrutura da concessão e também para a definição das premissas utilizadas na determinação e avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 6 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Balanço patrimonial em 31 dezembro de 2019

Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.078	396	Fornecedores		854	693
Contas a receber	6	19.200	19.200	Empréstimos e financiamentos	7.1	129	21.122
Tributos a recuperar		23	51	Arrendamento mercantil		47	
Estoques		824	552	Tributos a pagar	8	54.707	39.366
Despesas antecipadas		385	305	Salários e encargos sociais		885	687
Outros ativos		23	99	PIS, COFINS e ISS diferidos	10	2.352	
		<u>38.533</u>	<u>20.603</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 (b)	2.591	7.291
				Partes relacionadas	9	128.480	
				Outros passivos		431	429
						<u>190.476</u>	<u>69.588</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	632.154	555.515	Empréstimos e financiamentos	7.1	45.759	77.490
Outros ativos		88	78	Arrendamento mercantil		5	
		<u>632.242</u>	<u>555.593</u>	Debêntures	7.2	64.182	
				Partes relacionadas	9	37.417	126.488
				PIS, COFINS e ISS diferidos	10	24.029	30.409
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	91.724	79.339
				Provisão para contingências		21	19
				Obrigações com benefícios pós-emprego	13	307	
						<u>263.444</u>	<u>313.745</u>
Imobilizado		441	431	Patrimônio líquido			
Direitos de uso arrendamento mercantil		42		Capital social	14	55.220	55.220
Intangível			3	Reserva de capital		37.125	37.125
		<u>632.725</u>	<u>556.027</u>	Reserva de lucros		55.220	100.952
				Dividendos adicionais propostos		69.976	
				Ajuste de avaliação patrimonial		(203)	
						<u>217.338</u>	<u>193.297</u>
Total do ativo		<u>671.258</u>	<u>576.630</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>671.258</u>	<u>576.630</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2019	2018
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	15 (a)	82.410	72.209
Custos dos serviços prestados	15 (b)	(15.695)	(11.096)
Lucro bruto		66.715	61.113
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15 (b)	(9.433)	(7.789)
Outras receitas (despesas), líquidas	15 (b)	(3)	4.865
Lucro operacional		57.279	58.189
Resultado financeiro	15 (c)		
Receitas financeiras		572	546
Despesas financeiras		(21.118)	(24.527)
Resultado financeiro, líquido		(20.546)	(23.981)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.733	34.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (b)	(12.489)	(11.631)
Lucro líquido do exercício		24.244	22.577
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	14 (c)	0,29	0,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2019	2018
Lucro líquido do exercício		24.244	22.577
Outros resultados abrangentes			
Obrigações com benefícios pós emprego	13	(307)	
Efeitos fiscais		104	
		(203)	
Total do resultado abrangente do exercício		24.041	22.577

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Retenção de lucros				
Em 1º de janeiro de 2018	49.804	37.125	78.375				165.304
Aumento de capital	14 (a)	5.416					5.416
Lucro líquido do exercício					22.577		22.577
Transação de capital com sócios: Constituição de reservas			22.577		(22.577)		
Em 31 de dezembro de 2018	55.220	37.125	100.952				193.297
Resultado do exercício: Lucro líquido do exercício					24.244		24.244
Outros resultados abrangentes: Obrigações com benefícios pós emprego	14 (g)					(203)	(203)
Transação de capital com sócios: Constituição de reservas Dividendos adicionais propostos			24.244 (69.976)	69.976	(24.244)		
Em 31 de dezembro de 2019	55.220	37.125	55.220	69.976		(203)	217.338

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.733	34.208
Ajustes		
Depreciação e amortização	90	130
Amortização do arrendamento mercantil	61	
Valor residual do ativo imobilizado baixados	3	
Perdão da dívida		(4.865)
Provisão para contingências	2	19
Margem de lucro de construção	(161)	(31)
Ajuste a valor presente ("AVP")	13	
Juros e variações monetárias, líquidos	16.424	11.331
	53.165	40.792
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(75.487)	(60.602)
Tributos a recuperar	28	790
Estoques	(272)	(27)
Despesas antecipadas	(80)	42
Outros ativos	66	(29)
Fornecedores	161	156
Salários e encargos sociais	198	(272)
Tributos a pagar	15.366	11.724
PIS, COFINS e ISS diferidos	(5.019)	(5.303)
Partes relacionadas	8.191	6.985
Outros passivos	3	429
Caixa aplicado nas operações	(3.680)	(5.315)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.705)	(5.315)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(100)	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(100)	(6)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(51.017)	(20.589)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(5.664)	(9.201)
Amortização de arrendamento mercantil	(64)	
Ingressos de debêntures	62.000	
Custo de transação sobre ingresso de debêntures	(133)	
Amortizações das debêntures		(3.700)
Juros pagos de debêntures		(1.716)
Aumento de capital social		5.416
Juros de capital próprio pagos	(4.700)	(1.465)
Partes relacionadas	21.065	33.883
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	21.487	2.628
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	17.682	(2.693)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	396	3.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.078	396

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A. ("Companhia"), foi constituída em 27 de março de 2007, como uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), e assinou o contrato de Parceria Público Privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa, em 15 de agosto de 2007, com o Município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro. Tem como atividade preponderante, a operação da totalidade do sistema de esgotamento pelo prazo de 15 anos, após a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo a construção de rede coletora, drenagem de águas pluviais, pavimentação, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto.

A sede da Companhia está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, Rio das Ostras, Rio de Janeiro.

As obras de construção do ativo concessivo foram iniciadas em agosto de 2007 e concluídas em abril de 2009. A partir desta data, a Companhia iniciou as operações relativas ao contrato PPP de sistema de tratamento de esgoto.

A Companhia assinou em 20 de dezembro de 2017 o Memorando de Entendimentos (Acordo) com o Município de Rio das Ostras (Poder Concedente), cujo objetivo era estabelecer um mecanismo para que as Partes pudessem dar continuidade a operação, garantindo a prestação do serviço público essencial desempenhado pela Companhia e de acordo com a capacidade de pagamento do Município. Considerando que o Poder Concedente não efetuou nenhum dos pagamentos nele previstos, a Companhia solicitou seu cancelamento em 23 de agosto de 2018. No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Poder Concedente o Fundo Garantidor da PPP, gerido e administrado pelo Banco do Brasil, possui a obrigação de realizar os pagamentos do saldo devedor devido à Companhia. Referida obrigação do Fundo Garantidor permanecerá mesmo após o término do contrato com o Poder Concedente em 2024, até a quitação total dos valores devidos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 151.943, principalmente, em função do saldo de partes relacionadas com vencimento em 31 de dezembro de 2020. Para fazer face aos passivos de curto prazo, a Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do controlador BRK Ambiental.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A ("RDOP") e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental").

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operação Lava-Jato

A administração entende que, após a alienação, pela Odebrecht S.A., da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental") para o novo acionista controlador (BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP")), finalizada em 25 de abril de 2017, a BRK Ambiental, suas controladas, incluindo a Companhia, e o BR FIP não estão sujeitos a qualquer responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht, homologada em 22 de maio de 2017. A BRK Ambiental e suas controladas não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016. Dessa forma, a administração entende que não há razão para determinar que a BRK Ambiental e suas controladas devam ser afetadas pelos resultados das referidas investigações envolvendo seu antigo acionista controlador, seus desdobramentos e suas consequências. Entretanto, não é possível determinar se a BRK Ambiental e suas controladas estarão efetivamente livres do risco de serem eventualmente impactada pelas referidas investigações, desdobramentos e consequências. A BRK Ambiental e suas controladas adotaram e continuam implementando medidas para o contínuo aperfeiçoamento de seu Programa de Compliance com o objetivo de adotar as melhores práticas de mercado, de forma a detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, conforme abaixo detalhado. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto.

(b) Programa de Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2019 a BRK Ambiental foi destaque na 1ª Edição do Guia EXAME de Compliance. Na estreia do guia 298 empresas inscreveram-se voluntariamente, sendo que apenas 39 receberam destaque com boas práticas de Compliance. A controladora foi a única empresa do setor de saneamento a ter seu programa reconhecido.

(c) Programa SOX

No exercício de 2019 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificado deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa evitar, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2020.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Contas a receber e perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo e correspondem aos valores a receber da Prefeitura do Município de Rio das Ostras pela prestação de serviços decorrentes da concessão administrativa descrita em contrato PPP, no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, quando aplicável.

2.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo de amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa “UGC”).

2.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.7 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.9 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas, em Assembleia Geral e Conselho de Administração.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(a) Receita de serviços de esgoto

As receitas do serviço de esgoto são conhecidas por ocasião dos serviços de esgotamento sanitário prestados e medidos, conforme contrato PPP. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 e OCPC 05 do CPC – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2019 e 2018 é de 2%.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (contas a receber por direitos a faturar).

(c) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato PPP e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

(d) Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.12 PIS, COFINS e ISS diferidos

O saldo refere-se à tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros benefícios pós emprego

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As remensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes sendo, no entanto, transferidas para lucros acumulados dentro do patrimônio líquido antes de sua destinação para as demais reservas.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06 (R2) – “Operações de arrendamento mercantil”.

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 em substituição aos seguintes pronunciamentos e orientações: CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil, a ICPC 03 – Aspectos complementares de arrendamento mercantil.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários, das quais a Companhia optou por adotar – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com prazo de arrendamento inferior a 12 meses. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Para determinar o valor do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou na adoção inicial, o saldo das parcelas remanescentes, trazido a valor presente pela taxa referente ao cupom médio correspondente às captações de empréstimos com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e, dessa forma, não será necessária a reapresentação dos saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido à adoção do CPC 06 (R2), um aumento no Balanço Patrimonial nas rubricas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento pode ser observado. Houve também um aumento no lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia, com consequente, aumento nas despesas financeiras. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1). Estes impactos podem ser observados nos quadros a seguir, onde, para fins de comparação, são demonstrados os valores consolidados no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 e na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019.

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
Ativo			
Outros ativos circulantes	20.603		20.603
Ativo circulante	20.603		20.603
Intangível	3		3
Direito de uso de arrendamento mercantil		103	103
Outros ativos não circulantes	556.024		556.024
Ativo não circulante	556.027	103	556.130
Total do ativo	<u>576.630</u>	<u>103</u>	<u>576.733</u>
Passivo			
Arrendamento mercantil		63	63
Outros passivos circulantes	69.588		69.588
Passivo circulante	69.588	63	69.651
Arrendamento mercantil		40	40
Outros passivos não circulantes	313.745		313.745
Passivo não circulante	313.745	40	313.785
Patrimônio líquido	193.297		193.297
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>576.630</u>	<u>103</u>	<u>576.733</u>

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2019	Impacto referente a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras de 31/12/2019 sem efeito da referida norma
Resultado			
Receita líquida	82.410		82.410
Custo dos serviços prestados	(15.695)	(3)	(15.698)
Lucro bruto	66.715	(3)	66.712
Despesas operacionais	(9.436)		(9.436)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	57.279	(3)	57.276
Resultado financeiro	(20.546)	13	(20.533)
Resultado antes dos impostos	36.733	10	36.743
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(12.489)	3	(12.486)
Lucro líquido do exercício	24.244	13	24.257
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.733	10	36.743
Amortização do direito de uso	61	(61)	
Ajuste a valor presente ("AVP")	13	(13)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.807	(64)	36.743
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamento mercantil	(64)	64	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(64)	64	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	36.743		36.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.743		36.743

- ICPC 22 – “Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro”.

O ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Companhia realizou uma análise dos requerimentos do ICPC22 e não prevê impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas ou interpretações que entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2020.
- CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2020.
- CPC 50 – “Contratos de Seguros”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2021.

Não há outras normas ou interpretações que não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

(d) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- **Perda provável:** são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- **Perda possível:** são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- **Perda remota:** são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital às acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures (Notas 7.1 e 7.2)	110.122	98.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(18.078)	(396)
Dívida líquida	92.044	98.216
Total do patrimônio líquido	217.338	193.297
Total do capital	309.382	291.513
Índice de alavancagem financeira - %	30%	34%

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2019	2018
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	18.078	396
Contas a receber	651.354	574.715
	<u>669.432</u>	<u>575.111</u>
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(854)	(693)
Empréstimos e financiamentos	(45.888)	(98.612)
Arrendamento mercantil	(52)	
Debêntures	(64.182)	
Partes relacionadas	<u>(37.417)</u>	<u>(126.488)</u>
	<u>(148.393)</u>	<u>(225.793)</u>

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 10.

Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Bolsa de Valores de São Paulo ("B3").

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Fundo fixo	3	
Bancos conta movimento	123	222
Aplicações financeiras (i)	17.952	174
	<u>18.078</u>	<u>396</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 94% (2018- 94%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O aumento de caixa refere-se substancialmente, a nova captação de debêntures no montante de R\$ 62.000 (Nota 7.2).

6 Contas a receber

As contas a receber são representadas, substancialmente, por direitos a faturar do contrato de PPP qualificado como operações de ativo financeiro com o Município de Rio das Ostras, e podem ser assim apresentados:

	2019	2018
Contas a receber de clientes	435.558	326.500
Direitos a faturar	<u>215.796</u>	<u>248.215</u>
	651.354	574.715
(-) Circulante	<u>(19.200)</u>	<u>(19.200)</u>
Não circulante	<u>632.154</u>	<u>555.515</u>

O aumento do contas a receber refere-se à redução no recebimento da contraprestação realizada pelo Município de Rio das Ostras (Nota 1).

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2019	2018
Estruturado				
TJLP + juros de 2,34%	7,55%	set/2023	45.888	98.460
Arrendamento mercantil				
Juros de 6%	6,00%	jul/2019		152
Total			45.888	98.612
(-) Circulante			(129)	(21.122)
Não circulante			45.759	77.490

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	98.612	118.835
(+) Adição de juros	3.957	9.567
(-) Amortização de principal	(51.017)	(20.589)
(-) Amortização de juros	(5.664)	(9.201)
Saldo no final do exercício	45.888	98.612

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2019
2021	10.169
2022	20.337
2023	15.253
	45.759

(d) Garantias

As garantias do financiamento estruturado são os seguintes valores e direitos: (i) recebimento da integralidade da receita; (ii) todos os demais direitos emergentes do contrato de PPP; (iii) todos os direitos creditórios emergentes do contrato de PPP e (iv) a totalidade dos direitos creditórios relativos aos depósitos realizados e aos recursos existentes na conta vinculada e na conta reserva.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2 Debêntures

(a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2019
Banco do Brasil S.A	Única	jun/2019	CDI + 1,55% a.a.	8,11%	jun/2021	266	(66)	64.248
(-) Custo de transação								(66)
Total						266	(66)	64.182

Em 26 de março de 2018, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do contrato de debêntures no montante de R\$10.281, sendo de principal R\$3.700 e juros R\$1.716. Na mesma data foi reconhecido como “Outras Receitas Operacionais” o montante de R\$4.865 referente ao perdão de dívida concedido nessa negociação.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia emitiu 62.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando o montante de R\$ 62.000, com vencimento em 18 de junho de 2021 em parcela única.

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício		8.517
(+) Novas emissões	62.000	
(+) Encargos financeiros	2.249	1.764
(-) Amortização principal		(3.700)
(-) Amortização juros		(1.716)
(-) Perdão de dívida		(4.865)
(+) Adição do custo de transação	(133)	
(-) Custos de transação	66	
Saldo no final do exercício	64.182	

(c) Prazo de vencimento

	2019
2021	64.182

(d) Garantias

A garantia das debêntures é a cessão fiduciária de direitos creditórios que inclui: (i) o direito de recebimento da integralidade da receita pela prestação de serviço conforme contrato de PPP; (ii) direitos emergentes do contrato de PPP; (iii) direitos creditórios emergentes do contrato de PPP e (iv) a totalidade dos direitos creditórios detidos na conta vinculada.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.3 Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*

A Companhia possui em seu contrato financiamento e escrituras de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em face do aditivo ora celebrado em 12 de julho de 2019, as partes acordam em suspender a exigibilidade do cumprimento dos indicadores financeiros previstos nos incisos IX e X da cláusula décima (Obrigações Especiais da Beneficiária) do contrato relativamente aos exercícios financeiros de 2019 e 2020.

8 Tributos a pagar

	2019	2018
PIS e COFINS	40.420	30.401
ISS	14.166	8.864
Outros	121	101
	<u>54.707</u>	<u>39.366</u>

O aumento refere-se à redução do recebimento da contraprestação detalhada na (Nota 1 e 6).

9 Partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

			Passivo circulante		Passivo não circulante		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro	
			Partes relacionadas		Partes relacionadas		Partes relacionadas		Partes relacionadas	
Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos		2019	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Mútuo										
BRK Ambiental	CDI + 3,5% a.a	dez/2020	59.837		54.551			(5.287)		(4.593)
BRK Ambiental	CDI + 2,5% a.a	dez/2020	26.256		24.156			(2.085)		(1.922)
BRK Ambiental	CDI + 2,5% a.a	dez/2020	6.586		6.063			(523)		(274)
BRK Ambiental	CDI + 2% a 5% a.a	dez/2020	35.801		12.492			(2.258)		(263)
			<u>128.480</u>		<u>97.262</u>			<u>(10.153)</u>		<u>(7.052)</u>
Demais partes relacionadas (i)										
BRK Ambiental				22.393	17.557	(4.836)	(3.948)	(2.469)		(2.732)
BRK Ambiental				288	288	(687)	(305)			
BRK Ambiental				2.043	1.310	(28)	(241)			
BRK Ambiental				173	20					
BRK Ambiental				<u>12.520</u>	<u>10.051</u>					
				<u>37.417</u>	<u>29.226</u>	<u>(5.551)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>(2.469)</u>		<u>(2.732)</u>
			<u>128.480</u>	<u>37.417</u>	<u>126.488</u>	<u>(5.551)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>(12.622)</u>		<u>(9.784)</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 PIS, COFINS e ISS diferidos

	2019	2018
PIS e COFINS sobre as receitas diferidos	19.918	22.960
ISS sobre as receitas diferidos	6.463	7.449
	26.381	30.409
(-) Circulante	(2.352)	
Não circulante	24.029	30.409

11 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Natureza	2019
Reclamações cíveis	12.907
Contingências ambientais	10.000
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.032
Total	23.939

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2019	2018
Passivo diferido	(91.724)	(79.339)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	65.528
	<u>65.528</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2024	6.461
2025	10.267
2026	10.267
2027	10.267
2028	10.267
2029	10.267
Demais anos	7.732
	<u>65.528</u>
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(37.383)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(119.869)
	<u>(157.252)</u>
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2020	(37.383)
2021	(38.923)
2022	(50.258)
2023	(30.688)
	<u>(157.252)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2018	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2019
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	49.366	15.768			65.134
Provisões	254	32			286
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego			104		104
Outros		4			4
Compensação CPC 32	(49.620)			(15.908)	(65.528)
		<u>15.804</u>	<u>104</u>	<u>(15.908)</u>	
Passivo fiscal diferido					
Lucros diferidos (órgãos governamentais)	(96.307)	(32.533)			(128.840)
Contrato ativo financeiro	(23.957)	2.643			(21.314)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	(8.695)	1.597			(7.098)
Compensação CPC 32	49.620			15.908	65.528
	<u>(79.339)</u>	<u>(28.293)</u>		<u>15.908</u>	<u>(91.724)</u>

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia segue com a alíquota nominal e a taxa efetiva de 34% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

13 Obrigações com benefícios pós-emprego

Plano de assistência médica pós-emprego

(i) Premissas atuariais

	2019
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	3,40% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos

(i) Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes estão apresentados a seguir:

Passivo atuarial	Imposto de renda e contribuição social		
	Valor bruto	social	Saldo final líquido
Em 31 de dezembro de 2019	307	(104)	203

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
BRK Ambiental	0,90	0,94	464	464	754.132	754.132
BRK RDOP	99,10	99,06	54.756	54.756	83.006.282	83.006.282
	100,00	100,00	55.220	55.220	83.760.414	83.760.414

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de abril de 2018, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.416, mediante a emissão de 2.580.657 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,09 por ação, passando de R\$49.804 para R\$55.220, dividido em 83.760 ações nominativas, sendo 46.260 ações ordinárias e 37.500 ações preferenciais. Adicionalmente, as ações emitidas em função do presente aumento foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data pela acionista BRK Ambiental - Rio das Ostras Participações S.A., mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

No decorrer do exercício de 2019, a Companhia pagou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 4.700 (2018 – R\$ 1.465).

Em 31 de dezembro de 2019, a administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 69.976.

(c) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	24.244	22.577
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	83.760	82.912
Lucro básico por ação (em R\$)	0,29	0,27

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2008.

(e) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social.

Adicionalmente, com base no parágrafo 1º do artigo 193 da lei 6.404/76, alterada pela lei 11.638/07, a Companhia não constituiu a reserva legal por já ter atingindo o limite de 30% capital social com a constituição da reserva de capital.

(f) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

Objetivando o cumprimento da determinação legal prevista no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei 11.638/07, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um excesso das reservas de lucros em relação ao montante do capital social no montante de R\$ 69.976.

A proposta da Administração a ser deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária é que o saldo excedente relativo ao exercício encerrado em 2019 seja proposto como dividendos complementares, no montante de R\$ 69.976, destacado como dividendo adicional proposto em conformidade com o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes da avaliação inicial das obrigações com benefícios pós-emprego foram reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes, em função início da vigência da nova apólice do plano de saúde ter ocorrido em dezembro de 2019.

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Resultado do exercício

(a) Receitas

A reconciliação das receitas auferidas no exercício é como segue:

	2019	2018
Operações		
Receita de serviços	72.056	48.855
Receita de construção	8.087	1.533
Receita do ativo financeiro	15.423	30.003
	95.566	80.391
Impostos e contribuições sobre serviços	(13.156)	(8.182)
	82.410	72.209

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2019	2018
Classificadas por natureza:			
Custo de construção		(6.935)	(1.315)
Pessoal			
Remunerações		(2.516)	(2.230)
Encargos sociais e trabalhistas		(853)	(833)
Benefícios		(1.191)	(1.290)
		(4.560)	(4.353)
Materiais		(1.756)	(1.562)
Serviços			
Aluguéis e condomínios		(919)	(972)
Auditorias, consultorias e assessorias		(1.941)	(2.517)
Serviços pessoa física e jurídica		(2.866)	(1.765)
Outros		(530)	(448)
		(6.256)	(5.702)
Tributos, taxas e contribuições		(112)	(54)
Partes relacionadas	9	(5.551)	(4.494)
Seguros		(305)	(439)
Depreciação e amortização		(151)	(130)
Perdão da dívida (i)			4.865
Outras		495	(836)
		(25.131)	(14.020)
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(15.695)	(11.096)
Gerais e administrativas		(9.433)	(7.789)
Outras receitas (despesas), líquidas		(3)	4.865
		(25.131)	(14.020)

- (i) O valor refere-se ao perdão de dívida na liquidação dos contratos de debêntures, conforme detalhado na Nota 7.2 (a).

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		568	107
Variações monetárias		1	22
Outras		31	444
(-) Tributos sobre receitas financeiras		(28)	(27)
		<u>572</u>	<u>546</u>
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(6.205)	(11.331)
Amortização do custo de transação		(66)	
Partes relacionadas	9	(12.622)	(9.784)
AVP		(13)	
Outras		(2.212)	(3.412)
		<u>(21.118)</u>	<u>(24.527)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(20.546)</u>	<u>(23.981)</u>

16 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de edificações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Equipamentos	198
Garantia de contrato	4.652
Responsabilidade civil	180.000
Riscos operacionais	410.000
Veículos	250

BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	<u>2019</u>
Total de movimentação do contas a receber (Nota 6)	(76.639)
Principais itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	<u>1.152</u>
Total da movimentação no contas a receber conforme demonstração do fluxo de caixa	(75.487)
Principais itens que afetaram o contas a receber, mas não envolveram caixa:	
Tributos diferidos	991
Margem de construção do exercício	<u>161</u>
Total	<u>1.152</u>

18 Eventos Subsequentes

Risco do COVID-19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia está tomando medidas necessárias para minimizar o impacto da expansão do vírus em suas instalações operacionais e administrativas.

* * *